



INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

OCCASIONAL PAPER N.º 34

Entente Formidable? Tudo dependerá de Londres

Bernardo Pires de Lima, *Instituto de Defesa Nacional*

19|Maio|2008

A recente cimeira anglo-francesa, protagonizada em Londres por Nicolas Sarkozy e Gordon Brown, trouxe um entusiasmo ao debate europeu. Pela primeira vez em muitos anos, os líderes políticos das principais potências da União Europeia têm um discurso tendencialmente liberal e profundamente atlantista no campo da segurança europeia. Por outras palavras, em Londres, Paris e Berlim, residem decisores políticos reformistas no plano económico e realistas no domínio das ambições europeias “globais”, ou seja, negam que o caminho europeu da defesa é oposto à Aliança Atlântica. Esta é uma ruptura importante face ao contexto transatlântico mais recente, sobretudo se olharmos para o debate em volta do processo de decisão que levou à intervenção no Iraque.

A visita de Sarkozy a Londres teve um duplo significado. Por um lado, mostrou a Berlim que Londres é um parceiro a ter em conta por Paris, sempre que as relações entre França e Alemanha não estejam a passar pelos melhores momentos. E de facto não estão. Por outro lado, garantiu o apoio da Grã-Bretanha às intenções francesas de liderança na política de segurança europeia, a troco de uma participação mais activa na NATO, por via da reentrada na sua estrutura de comando militar. No entanto, todas

estas intenções e entusiasmos em redor da cimeira devem ser temperadas com a sensatez exigida nestas alturas. Daqui resulta o nosso argumento: as relações entre Paris e Londres, ao nível do que foi traçado na cimeira, só podem ter futuro caso em Downing Street habite um trabalhista. Melhor: um trabalhista de uma linha blairista. E porquê? É o que tentaremos desmontar em seguida.

Sarkozy, em pleno Parlamento britânico, foi claro quanto à necessidade de a União Europeia precisar da Grã-Bretanha para responder com maior eficácia aos desafios globais. Sarkozy percebeu, tal como Blair em 1997-98, que poderia liderar a Europa através da defesa e que aqui residiria a sua vantagem em relação à Alemanha, fundamental na coesão e crescimento económico da União, mas menos vocacionada para a liderar no plano internacional. É neste vazio de liderança no plano externo que Sarkozy se quer colocar. E para isso o caminho é a defesa. O mesmo fez Blair, quando percebeu que o alcance estratégico do seu projecto “europeísta” deveria passar pelo apoio de Paris. Daí a cimeira de Saint Malo, com Jacques Chirac. Um encontro que marcou os intentos autonómicos da defesa europeia sem pôr em causa a preponderância da NATO na segurança euro-atlântica.

Dez anos depois, é Sarkozy que toma a iniciativa. Mas fê-lo sabendo que em Londres está um líder com quem partilha uma visão coincidente da União, sendo que aquela palavra deve ser sempre medida tendo em conta a particularidade da visão britânica sobre o processo de construção europeu. Gordon Brown, menos ambicioso do que Blair no que toca ao papel da Grã-Bretanha na União, não é, ao contrário do que muitas vezes se afirma, anti-europeu. O que carrega é um peso enorme nas costas face ao legado do seu antecessor, lidando diariamente com um outro fardo que reside na sua queda de popularidade interna o que lhe dá pouca margem de manobra para se ocupar de assuntos internacionais como Blair o fez. Mas isto não significa que seja hostil à União. A prova disso é que conseguiu negociar o conteúdo do Tratado Reformador de forma a equilibrar perspectivas britânicas de interesse nacional sem nunca colocar em causa a sua plena participação na União ou a aprovação do respectivo Tratado. Se quisermos, Brown vive hoje um dilema com duas faces: tem os conservadores em crescimento eleitoral e fortemente eurocépticos, por um lado; e, por outro lado, convive com uma ala à esquerda no *Labour* que não lhe dá tréguas diariamente. E é com este clima que a relação com a União viverá nos próximos meses.

Mas Brown e Sarkozy têm um ponto em comum, pelo menos ao nível da retórica. Não preconizam vias proteccionistas para a Europa numa altura de crescimento económico de potências emergentes. E ao não recearem a concorrência externa, encaram-na como um desafio para a União. E é sobre este desafio global que pretendem actuar. Para tal,

sabem que face a um conjunto alargado de desafios e ameaças, sem uma política de defesa eficiente e sobretudo credível que projecte segurança em zonas onde os interesses europeus se joguem – e onde a NATO decida não actuar –, sobretudo na sua zona de vizinhança (Balcãs, Médio Oriente, Mediterrâneo), a capacidade de a União se impor ao nível internacional está irremediavelmente limitada. É isto que tem acontecido nos últimos anos e é sobre este quadro que ambos querem fazer face. Sobretudo porque sabem que os seus interesses nacionais individuais podem ser melhor projectados num conjunto de domínios em pleno quadro da União. Este raciocínio demonstra, por si só, que o interesse de Brown pela Europa não é assim tão diminuto.

Mas se este quadro estratégico comum entre Brown e Sarkozy parece ter uma plataforma de entendimento mínimo, ele cai por terra se o panorama político na Grã-Bretanha se alterar nos próximos actos eleitorais, a começar já nas eleições europeias de 2009. Em primeiro lugar, a algumas inabilidades política dos trabalhistas tem correspondido uma estabilidade nas sondagens dos conservadores de David Cameron que, passado o período inicial de estado de graça com a tomada de posse de Brown (Junho 2007), têm mantido uma distância na média dos dez pontos percentuais de vantagem. Sondagens que tiveram tradução prática nas recentes eleições locais, com uma esmagadora vitória dos conservadores e um crescimento dos liberais-democratas. Segundo, mesmo tendo em conta que os votos nas eleições europeias se podem dispersar à direita entre conservadores e nacionalistas, Brown tem de largar alguns trunfos políticos que também eles possam acalmar os descontentes do seu partido. Se não o fizer ao longo deste próximo semestre, a sua inacção virar-se-á contra si exactamente nas eleições europeias de 2009. Terceiro, se o cenário político continuar a ser favorável aos conservadores até uma possível vitória nas legislativas de 2010 (data provável), poderemos esperar uma reviravolta nas relações da Grã-Bretanha com a União Europeia e, por intermédio desse reposicionamento, na relação bilateral com a França, tal qual ela foi colocada por Sarkozy na cimeira.

David Cameron é assumidamente um eurocéptico, um termo muito *british* e que engloba um arco de sensibilidades vasto, que pode ir desde um posicionamento não hostil à União, mas reservado no plano da integração do país em determinadas políticas comuns, até um que preconize um afastamento do processo comunitário, culminando até em propostas de saída da União. E é neste arco de oscilação que Cameron se tem mantido. Começou, ao tomar posse em 2005, por querer tirar o partido do PPE, recuando pouco depois – já afirmou, em conjunto com o Primeiro-ministro checo, que criará uma nova família política no Parlamento Europeu após as eleições de 2009, o *Movement for European Reform*. Apresenta como seu ministro dos estrangeiros

sombra um ex-líder, Ian Duncan Smith, assumidamente hostil à União, e não tem conseguido manter um discurso coerente sobre a Europa. Fortemente contrário ao conteúdo do Tratado de Lisboa, que considera um texto federalista e igual à proposta constitucional, rejeita a figura de um “MNE europeu”, o rumo centralista que a União tomou e, acima de tudo, o dispositivo de matérias de soberania que considera existirem em favor de Bruxelas em detrimento de Westminster.

Por outras palavras, se se pode traçar uma linha conservadora quanto à relação com a União é que ela, em primeiro lugar, parece estar ainda à mercê de estratégias eleitorais internas, não tem uma coerência programática assumida, mas opõe-se ao Tratado e ao rumo que este preconiza para a União. Ou seja, muito claramente, opõe-se a um Tratado fortemente cunhado por Sarkozy e por Angela Merkel. Pode ser este um sinal de discórdia bilateral futura? Provavelmente.

Mas no que toca à defesa europeia autónoma que Sarkozy e Brown não enjeitam e que Blair e Chirac já haviam forjado, com um aval progressivamente favorável de Washington, os conservadores britânicos opõem-se. A sua matriz atlantista e fortemente marcada pela relação próxima com os EUA inibe-os de considerar como válida uma capacidade decisional e operacional autónoma sem a participação da NATO nas suas acções de guerra e pós-guerra. Mais: Cameron afirmou recentemente não considerar como prioridade da UE uma autonomia na defesa, uma vez que a segurança europeia deve continuar a ser garantida no quadro de uma aliança de Estados, com meios aos seu dispor e com uma natureza clara quanto aos seus objectivos. E esta é única e exclusivamente definida pela NATO. Como conservadores que são, o seu cepticismo impera também nestas matérias, que vêem como uma manobra que coloca em causa a ligação a Washington no plano da segurança, perdendo também por esta via a Grã-Bretanha um estatuto privilegiado com a superpotência num quadro de maior disseminação política na área da defesa euro-atlântica.

A verificar-se uma tendência para a derrota do *Labour* em 2009-2010, o patamar de relacionamento bilateral com Paris, no que toca às políticas de segurança europeias, pode vir a sofrer um revés caso os conservadores subam ao poder. Tudo dependerá, assim, da orientação europeísta que Londres promoverá nos próximos anos. Uma coisa é certa: menos Grã-Bretanha nas políticas da União é tudo o que esta não precisa. Nunca, como hoje, os britânicos foram tão importantes para Bruxelas.